

FOLHA CIÊNCIA

Tel.: 0/xx/11/224-3178
E-mail: ciencia@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/224-4217

Serviço de
atendimento ao assinante:
0/xx/11/224-3090

PÁGINA A 18 ★ SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2000

EFEITO ESTUFA *Pagamento para combater emissões do desmatamento restringiria mercado de reflorestamento e energia* Seminário propõe o “produto floresta”

MARCELO LEITE

ENVIADO ESPECIAL A BELÉM

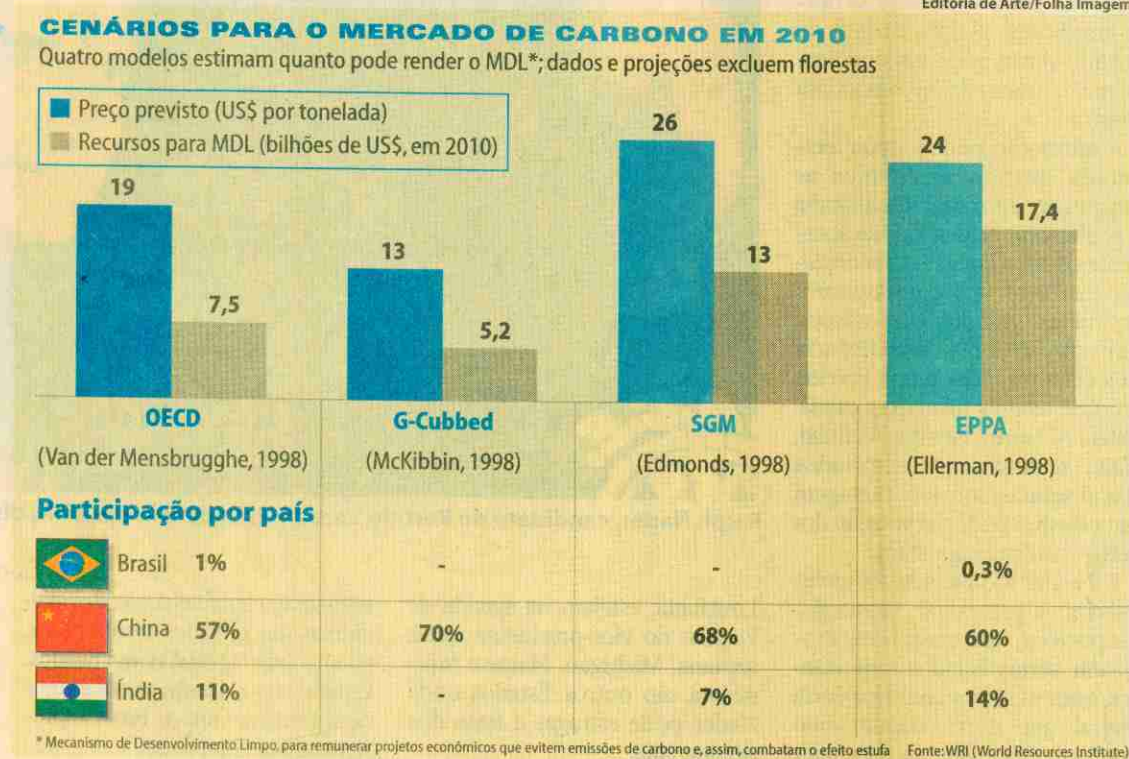
O seminário “Critérios para Inclusão de Florestas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo-MDL” terminou ontem em Belém com uma proposta ao governo brasileiro bem ao gosto de sua orientação moderna e globalizante: lançar um produto mundial. O slogan poderia ser “Além do efeito estufa, florestas combatem pobreza e destruição de espécies”.

O encontro foi organizado na capital paraense pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para arregimentar argumentos contra a posição oficial brasileira. Nas negociações internacionais sobre mudança climática, as delegações comandadas pelo Itamaraty e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia recusam-se a mencionar florestas nativas no MDL.

Pelo Protocolo de Kyoto, países industrializados têm de cortar emissões de gases do efeito estufa em 5,2% até 2012. Com o MDL, parte dos ganhos seria obtida pela injeção de tecnologia em projetos do Terceiro Mundo, para que seu futuro desenvolvimento prejudique menos o clima do que dois séculos de industrialização do Norte. Isto é, países ricos ganhariam créditos por emissões que ajudassem a economizar no Sul.

Para o governo brasileiro, isso só valeria para projetos de energia ou, quando muito, para os de reflorestamento (árvores, ao crescer, retiram carbono da atmosfera e o fixam na forma de biomassa—madeira, raízes, folhas).

Por esse raciocínio, endossado até por ONGs (leia texto ao lado), florestas em pé nada estariam sequestrando de carbono ou, se es-



tivessem, seria complicado medir e monitorar tal ganho. Sua inclusão no MDL aumentaria em demasia a oferta mundial de carbono, depreciando a commodity antes mesmo de ela existir.

Os 60 participantes do seminário de Belém propõem uma inversão do raciocínio. Em primeiro lugar, encarar a floresta amazônica não como sorvedouro de carbono, mas como fonte emissora. Com efeito, o Brasil responde por 4% das emissões mundiais de gases-estufa, e dois terços resultam de desmatamento.

Além disso, excluir as florestas significa contentar-se com 1% (veja tabela) de um mercado que pode alcançar 17 bilhões em 2010.

“As florestas constituem o principal elemento estratégico para que vários países em desenvolvi-

mento possam participar dos esforços internacionais para a redução das emissões”, afirma o texto final do seminário.

Produto Premium

Em lugar de apenas insistir na inclusão de florestas, os participantes do encontro decidiram ousar e radicalizar, propondo que o governo brasileiro não só adote as florestas no MDL como também passe a defendê-las como uma espécie de MDL Premium.

O produto, diferenciado, ofereceria ao investidor de país industrializado algo mais do que x ou y toneladas de carbono. Além do benefício climático, ele estaria levando uma contribuição—publicitária e institucionalmente rentável—à preservação da biodiversidade e à melhoria de renda de ha-

bitantes da floresta (pois a idéia é que o dinheiro obtido seja empregado em projetos de manejo florestal e extrativismo).

As incertezas envolvidas na medição e monitoramento do carbono nas florestas podem ser resolvidas tecnicamente, dizem os cientistas presentes ao seminário. Eles propõem usar o sensoramento remoto por satélite para delimitar áreas florestadas e empregar médias históricas para projetar o desmatamento induzido por projetos econômicos, como as estradas do plano de desenvolvimento Avança Brasil.

No fundo, o que o documento final pede é que a sociedade civil participe da decisão sobre a posição brasileira a respeito do clima.

O jornalista Marcelo Leite viajou a Belém a convite do Ipam (www.ipam.org.br)

ONGs se opõem a incluir matas nativas no MDL

DO ENVIADO A BELÉM

O governo brasileiro não está sozinho na defesa da idéia de que florestas nativas devam ficar fora do Protocolo de Kyoto. Organizações não-governamentais (ONGs), que têm cada vez mais influência em negociações internacionais, também rejeitam o princípio.

O argumento central é que o cômputo de florestas envolve incertezas e dispensaria países industrializados de fazer a sua lição de casa (reduzir as próprias emissões, ou seja, a queima de combustíveis fósseis).

Entre elas estão pesos-pesados como Greenpeace e Amigos da Terra. São ONGs fortes na União Européia, que reúne países diminutos, sem floresta.

EUA e Canadá já teriam algo a ganhar com a inclusão de florestas (não no MDL, que só pode beneficiar países subdesenvolvidos). São favoráveis à inclusão, assim como suas ONGs.

A exceção é o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), com sede na Suíça, mas muito forte nos Estados Unidos. A ONG dos pandas e dos passarinhos também rejeita a contabilização de florestas nativas.

Para Philip Fearnside, ecólogo do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), é uma contradição: “Para ter passarinhos, é preciso ter florestas”. (ML)